

Mais um passo para a Cidade Digital

JOSEMAR GONÇALVES

Comissão aprova ampliação do Parque Nacional, mas Ibama protesta

LUÍSA MEDEIROS

O primeiro passo para a criação da Cidade Digital foi dado, ontem, com a aprovação do relatório do projeto de ampliação da poligonal do Parque Nacional de Brasília (PNB). Depois de cinco meses de burocracia, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados aprovou, com dez votos favoráveis e um contra, o substitutivo do relator Jorge Pinheiro (PL-DF), que amplia em 11,8 mil hectares a área original de 30 mil hectares.

Descontente com o resultado, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) avisa que vai brigar para que o projeto do relator seja barrado no plenário da Casa.

O relatório do Projeto de Lei 14.186/04, do

**"O que foi
passado para o
governador não
foi verdadeiro.
Existem mais do
que cem famílias
na área"**

Jorge Pinheiro,
relator do projeto na
Comissão de Meio Ambiente

Executivo, excluiu da unidade de conservação as áreas de conflito Lago Oeste, Mini-Granja do Torto, Vila Weslian Roriz, Núcleo Rural Boa Esperança, Morada dos Pássaros I e II, Núcleo Rural Rodeador, alguns chacareiros e a metade da

área da Fazenda Dois Irmãos. De acordo com Pinheiro, centenas de famílias foram retiradas da poligonal do parque.

Até um dia antes da votação, existia uma dúvida quanto à proposta que iria ser apresentada pelo relator Jorge Pinheiro. Há duas semanas, o GDF e o Ibama costuraram um acordo que aumentava em 15 mil hectares a poligonal do Parque Nacional. A proposta não foi acatada pelo parlamentar. Segundo ele, a nova delimitação atingiria 450 famílias, fato que, de acordo com o deputado, o Ibama não teria informado ao governador Roriz.

Ele disse que sobrevoou a área e constatou o adensamento populacional. "O que foi passado pelo Ibama para o governador não foi verdadeiro. Existem mais do que 100 famílias na área. Por isso, mantive meu po-

sicionamento", conta o parlamentar, esclarecendo que nunca fez parte do acordo entre os governos.

DÚVIDAS - Pouco antes da votação do relatório, Pinheiro e o superintendente do Ibama,



Izalci, Palhares, Wasny de Roure, Filippelli e Jorge Pinheiro: muita briga ainda pela frente

Francisco Palhares, tentaram angariar votos favoráveis. Até durante a sessão, deputados distritais e federais tentaram costurar um acordo que não vingou. Ainda permeavam várias dúvidas quanto às informações contidas nas propostas de alteração do parque.

O substitutivo do relator foi apresentado e apenas o líder do PT na Comissão, Luciano Zica (PT-SP), votou contra. O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) se absteve do voto e sugeriu que fosse criada uma comissão parlamentar para vistoriar a área do parque.

"Se não houver esclareci-

mentos das dúvidas que permitem o projeto, acredito que teremos problema em aprová-lo no plenário. E até a possibilidade de o governo retirar o projeto e ampliar o parque por decreto. Que seria posição ruim", acredita Zica, dizendo que a poligonal aprovada põe em risco áreas de nascentes.

PLENÁRIO - O relatório será encaminhado para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, se aprovado, entra na pauta do plenário da Casa antes de seguir para o Senado.

A Assessoria de Comunicação do Ibama informou que

o presidente Marcus Barros está indignado com o resultado da votação e avisa que o governo vai brigar para barrar o projeto. Palhares desejou "parabéns" para a tramitação do projeto. No entendimento do órgão, a versão do relator não está compatível com a proposta acertada entre os governos.

O porta-voz do GDF, Paulo Fona, disse que a expectativa é que a Presidência acate a decisão democrática da comissão. Ele afirmou que o governo está disposto a ajudar no cercamento da unidade de conservação.